



“Empresas não devem estar interessadas em atrair qualquer capital”

AEM vai apresentar sugestões de alteração da lei fiscal e defende incentivos à listagem de PME. Financiamento e fusão NYSE Euronext/DB são preocupações.

Marta Reis

marta.reis@economico.pt

No momento em que completa um ano, a AEM - que representa as empresas cotadas - perspectivava 2012 tendo como uma das prioridades perceber o que mantém as empresas afastadas do mercado de capitais e ajudar a criar soluções. Num período de difícil acesso ao financiamento, o director executivo da associação defende que as empresas se devem concentrar em atrair investimento de longo prazo.

A alteração da chamada lei das blindagens foi adiada para 2012. Estão satisfeitos com a decisão? Como a interpretam?

Tivemos a oportunidade de explicar aos interlocutores com quem discutimos o tema que a nossa posição não era contra o primado da liberdade accionista, antes pelo contrário, aquilo que nos preocupa é o excesso nas soluções propostas. Portanto o que viemos explicar foi que o momento não é adequado, as propostas apresentadas são excessivas e isso, aparentemente, foi ouvido. O que significa que, neste momento, o facto de essa regulamentação não ter avançado é, para nós, uma boa notícia.

Pediram reuniões com o Governo. Chegaram a acontecer?

Tivemos reuniões com o Governo e a oportunidade de explicar com detalhe quais eram as nossas preocupações. A percepção que tenho é que essas preocupações foram compreendidas.

O facto de existirem blindagens em algumas cotadas não pode ter efeito de afastar investidores?

Não faz sentido fazer alterações que tornem o nosso mercado e as nossas empresas menos competitivas, numa posição de desfavor e de fragilidade relativamente às congéneres estrangeiras. E o argumento segundo o qual isso deve ser feito para atrair capital parece-nos um argumento duvidoso,

“

Estabelecemos como uma das prioridades ajudar a perceber onde está a dificuldade no acesso das empresas ao mercado de capitais em Portugal.

O facto de essa regulamentação [lei das desblindagens] não ter avançado é, para nós, boa notícia.

É necessário que o mesmo [processo de fusão NYSE Euronext / Deutsche Boerse] não ponha em perigo a representatividade, a visibilidade e a operacionalidade das empresas emitentes portuguesas no contexto de um mercado mais vasto.

porque as empresas portuguesas não devem estar interessadas em atrair qualquer capital, mas em atrair investidores que olhem para elas como investimento de médio/longo prazo e que queiram perseguir uma estratégia de crescimento e competitividade.

A questão do financiamento das empresas é a preocupação central da AEM no momento actual?

Estabelecemos como uma das prioridades ajudar a perceber onde está a dificuldade no acesso das empresas ao mercado de capitais em Portugal. Temos de perguntar de que estruturas de mercado precisamos para que as empresas queiram utilizá-las. O que vamos querer é perceber como é que em outros países, com necessidades semelhantes, o problema foi resolvido, encontrando soluções que vão ao encontro das necessidades, a principal das quais é certamente a necessidade de liquidez a curto prazo. As empresas portuguesas precisam, antes de mais, que as deixem trabalhar e que estejam criadas condições para poderem desenvolver o seu negócio, sendo que uma condição essencial é o acesso ao financiamento. E, num segundo passo, ver o que podemos fazer para atrair investidores que estejam interessados nas empresas, designadamente de menor dimensão.

Os incentivos fiscais para listagem de PME, que têm ficado “na gaveta”, seriam uma solução?

Não nos parece que a decisão de estar no mercado seja uma decisão que está exclusivamente condicionada à questão fiscal. Sem prejuízo pretendemos também em 2012 apresentar um conjunto de sugestões de alteração da lei fiscal, que possam ajudar o mercado de capitais português a tornar-se mais competitivo. E pretendemos fazê-lo respeitando dois pressupostos, porque entendemos que neste contexto, nesta altura, não respeitar esses dois pressupostos é estar a criar uma

fantasia. E esses são: em primeiro lugar, sugestões de alteração que não ponham minimamente em causa os compromissos assumidos no contexto do memorando de entendimento; em segundo lugar, que não se traduzem em perda de receita fiscal. Julgamos que vamos estar em condições de o fazer a breve trecho. Estamos à espera da publicação do texto definitivo do OE para 2012.

Os incentivos constam dessas sugestões?

A autorização legislativa concedida para efeitos de incentivos fiscais no que respeita às PME e que caducou pelo seu não uso deve ser recuperada. Agora, não é suficiente. As empresas não virão para o mercado de capitais se, independentemente da questão fiscal, as estruturas de mercado não forem adequadas, as obrigações legais e regulatórias lhes parecerem excessivas e os custos associados à presença no mercado se mostrarem igualmente excessivos face às vantagens que se podem retirar, em termos de financiamento.

Como têm seguido a fusão NYSE Euronext/Deutsche Boerse?

É um processo importante porque é absolutamente necessário que o mesmo não ponha em perigo a representatividade, a visibilidade e a operacionalidade das empresas emitentes portuguesas no contexto de um mercado mais vasto, mais global. Tem sido bom estar ligado a uma realidade mais ampla, a preocupação é, até que ponto uma realidade, uma estrutura mais ampla, mais global, não perde depois de vista o que é a necessidade de respeitar as especificidades de cada um dos mercados locais. Parece-nos que vai ser fundamental assegurar que as empresas portuguesas tenham visibilidade noutros índices, noutras montras, porque só dessa forma, integrando índices de referência, é possível que tenham a tal visibilidade que atraia mais investidores. ■



AEM assinala aniversário com trabalho sobre governo societário

Resulta de uma parceria com a Católica e é divulgado hoje.

A AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado assinala hoje o primeiro ano de actividade, com a divulgação de um trabalho sobre o governo societário das cotadas portuguesas, resultado de uma parceria com a Universidade Católica.

Realizado pela instituição de ensino superior, este “veio confirmar que as empresas têm generalizadamente um grau de acolhimento muito elevado relativamente à generalidade das recomendações”, adiantou Abel Sequeira Ferreira, director executivo da AEM, em entrevista ao Económico.

O trabalho, que abrange o conjunto das empresas cotadas na bolsa portuguesa - independentemente de serem ou não associadas da AEM - visa ser “um primeiro contributo para a melhoria da estrutura do governo societário em Portugal. É um projecto pioneiro e há planos para o continuar”, salientou.

O desafio lançado à Católica consistiu, em primeiro lugar, em realizar uma análise das recomendações existentes “na perspectiva da sua comparabilidade com os standards internacionais”, o que, destaca Abel Ferreira, “permitirá perceber quais são as recomendações mais importantes para o investidor internacional”. Em segundo lugar consistiu em fazer uma análise dos relatórios de ‘corporate governance’ publicados em 2011 e referentes a 2010; e, em terceiro, elaborar um índice de governo societário “que possa reflectir de forma clara qual o grau de acolhimento das recomendações em Portugal”, acrescenta.

Além desta iniciativa, que marca o primeiro aniversário, o director executivo da AEM destaca, entre as restantes levadas a efeito, o alerta “junto das instâncias comunitárias, da necessidade de tratamento harmonizado de determinados temas, sendo o ‘short selling’ um deles”; o ‘high frequency trading’, que “carece de uma atenção maior do que aquela que tem tido, e da criação, ou

consolidação, de mecanismos de gestão do risco que lhe está associado e que é grande”.

Fazendo um balanço do primeiro ano de actividade, Abel Ferreira salienta o cumprimento do plano estratégico e a afirmação da associação. “Penso que consolidámos um espaço de intervenção em matéria regulatória. [...] Temos sido uma voz activa, pró-activa na verdade, e portanto, esse espaço de interlocação está assegurado”.

Depois de “um ano de 2011 cheio”, o director executivo da AEM espera um 2012 “absolutamente desafiante”, pelas questões como a regulação comunitária a caminho, o processo de fusão entre NYSE Euronext e Deutsche Boerse, e por temas de âmbito mais nacional. “Nós precisamos mesmo do mercado de capitais a funcionar como alternativa de financiamento, numa altura em que as fontes de financiamento tradicionais se mostram de difícil acesso para Portugal e para as empresas portuguesas”, destaca.

Reconhecendo a situação actual que o país vive, Abel Ferreira diz que “é absolutamente indispensável que haja crescimento e esse crescimento não se faz sem financiamento, e esse financiamento provavelmente não se consegue sem um mercado de capitais que possa dar resposta. Esse é o nosso grande desafio”. ■ M.R.

“

Precisamos mesmo do mercado de capitais a funcionar como alternativa de financiamento.

Abel Ferreira defende que a autorização legislativa para efeitos de incentivos fiscais no que respeita às PME deve ser recuperada, mas que não é suficiente para as empresas irem para o mercado de capitais.